



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



E D I T A L

CONCORRÊNCIA Nº 001/2012

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CONCORRENCIA, do tipo MAIOR OFERTA, conforme Lei Municipal nº 7.068, de 20/07/2011 e Lei nº. 7.17502, de 29.12.2011, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e Nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às 09:30 horas do dia **16/02/2012**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, sito na Rua Marechal Floriano, 458 - Centro, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação visa à alienação de bem imóvel urbano, localizado na Rua Eduardo Fernando Freire nº. 412, quadra 25 lote 04, com área total de 3.965,55 m², no Balneário Cassino - Rio Grande - RS, conforme memorial descritivo anexo.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar desta CONCORRÊNCIA as empresas e/ou pessoas físicas que satisfaçam as exigências do Edital e da Lei nº 8.666/93, e alterações.

2.2. Será vedada a participação de empresas na Licitação, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.4. Reunidas em Consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão apresentadas em dois invólucros, a saber:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será apresentada em 01 (uma) via e a PROPOSTA também em 01 (uma) via original. Na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados devidamente representados por pessoa credenciada e identificada, apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, sito na Rua Marchal Floriano, 458 - Centro, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVOLUCRO Nº 01: CONCORRÊNCIA Nº 001/2012
ALIENAÇÃO DE UM BEM IMÓVEL URBANO - CASSINO.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVOLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 001/2012
ALIENAÇÃO DE UM BEM IMÓVEL URBANO - CASSINO.
PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. Para habilitação, deverão as licitantes interessadas apresentarem, na sessão de recebimento da documentação e proposta, os documentos abaixo relacionados:

4.1.1. Procuração pública ou particular, com firma reconhecida em Cartório, no caso da Empresa enviar Representante não qualificado no Contrato ou nos Estatutos, para fins de licitação;

4.2. PROVA DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.2.1. Ato Constitutivo, Estatuto Social ou Contrato Social em vigor, devidamente Registro, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos referentes às eleições de seus administradores;

4.2.2. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da Diretoria em exercício, devidamente registrado em cartório;

4.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.3. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL

4.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes(C.G.C/MF ou CNPJ);

4.3.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, e Alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.

4.3.3.A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através de 02(duas) Certidões:

- a) Da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) De Tributos e Contribuições Federais, administrados pela Secretaria da Receita Federal, ambas dentro do prazo de validade;

4.3.4.A comprovação de quitação para com a Fazenda Estadual, deverá ser feita através de Certidão consolidada negativa de débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual, dentro do prazo de validade;

4.3.5.A comprovação de quitação para com a Fazenda Municipal, deverá ser feita através de Certidão consolidada negativa de débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal, dentro do prazo de validade;

4.3.6.Prova de regularidade relativa à Seguridade Social fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social(INSS) - CND;

4.3.7.Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviços(FGTS) - CRS.

4.4.O Licitante que apresentar sua documentação desacompanhada de procuração, referida no item 4.1.1., não será inabilitado, mas não poderá se manifestar durante as sessões, salvo se estiver sendo representado por um de seus dirigentes, que comprovará tal condição através de documento legal;

4.5. Em se tratando de **pessoa física**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- CPF
- Carteira de identidade
- Comprovante de residência.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



- A comprovação de quitação para com a Fazenda Municipal, deverá ser feita através de Certidão consolidada negativa de débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal, dentro do prazo de validade;

4.6. A documentação de habilitação (Capítulo 4), exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

4.7. Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.

4.8. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

4.9. Após a fase de Habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (Art. 43, § 6º, da Lei nº 8.666/93 e alterações).

4.10. A inabilitação da Licitante importará na preclusão do direito de participar das fases subsequentes, restando à Administração inutilizar os envelopes das propostas se não procurados no prazo de 30 dias.

4.11. Estando todos os representantes dos Licitante presentes na sessão e concordando com o resultado de habilitação, através de desistência expressa de interpor recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas. Caso contrário, os envelopes propostas, serão rubricados pelos representantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, ficando sob sua guarda para abertura na data fixada na Ata de reunião ou na publicação do Resultado de Habilitação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

5. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. O licitante por si, ou através de seu procurador, devidamente habilitado, ou seja, munido de procuração por instrumento público ou particular, reconhecido, deverá apresentar sua proposta, assinada, em envelope fechado, a ser entregue em data, horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, contendo:

a) Nome do proponente;

b) A proposta devidamente preenchida mencionando a forma de pagamento nas seguintes condições:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



c) O **valor mínimo** da proposta para a aquisição do imóvel deverá ser de **R\$ 5.000.000,00(cinco milhões de reais)** em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- 100% à vista, com pagamento na assinatura do Contrato(critério preferencial na escolha do vencedor, ou;
- O pagamento deverá ser realizado em 05(cinco) parcelas iguais, ficando a primeira na assinatura no Contrato, e as demais em 30(trinta), 60(sessenta) e 90(noventa)dias, sendo que a última parcela será na entrega do imóvel pelo Município;
- Em caso de atraso nas parcelas, incidirá em multa de 10% mais juros de 1% ao mês.

d) Assinatura reconhecida do proponente;

e) Declaração firmada aceitando e submetendo-se a todos os termos do presente Edital, assinada pelo licitante..

5.2.Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da Legislação em vigor.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até às **09:30** horas do dia **16 de fevereiro de 2012**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, sito na Rua Marechal Floriano, 458 - Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A abertura das propostas será às **10:00h** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. Um representante de cada uma das licitantes, devidamente credenciado e identificado, deverá estar presente para participar do processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá direito a manifestação.

6.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



6.2.4. A Comissão julgará a Habilitação, comunicando o seu resultado às licitantes na mesma sessão pública. Se não houverem impugnações e/ou desistência expressa de recurso à habilitação, por parte dos representantes legais presentes, a Comissão Julgadora da Licitação, registrará o fato em Ata, devolverá aos participantes inabilitados os envelopes nº 02, ainda fechados, e procederá a abertura dos envelopes dos participantes habilitados.

6.2.5. Incorrendo desistência expressa de recurso à habilitação ou inabilitação, a Comissão Julgadora da Licitação encerrará a sessão, cientificando os participantes do prazo para a interposição de recurso.

6.2.5.1. O conteúdo dos envelopes abertos será juntado ao processo administrativo e, os envelopes nº 02 serão encerrados em um outro envelope único, devidamente rubricado pela Comissão Julgadora da Licitação, bem como pelos Licitantes presentes, permanecendo sob custódia até a abertura em outro ato público.

6.2.6. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo sem interposição, o Presidente da Comissão Julgadora da Licitação designará dia e hora de prosseguimento da sessão para a abertura dos envelopes nº 02, ocasião em que devolverá os mesmos envelopes, ainda fechados aos participantes inabilitados.

6.2.7. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.8. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.9. Os recursos serão dirigidos a Autoridade Superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais pertinentes e deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal do Rio Grande, mediante o pagamento do preço público devido, visando sua juntada ao processo de licitação.

6.3. DO JULGAMENTO

A Concorrência será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do concorrente.

6.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o **maior oferta**, na forma do item 5.1.

6.3.5. Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.

6.4. Toda a documentação e proposta deverá ser apresentada à época pertinente, ordenada na forma deste edital e presas entre si.

6.5. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes, a respeito de suas decisões.

6.6. DA HOMOLOGAÇÃO

6.6.1. A Comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o respectivo julgamento e recomendará vencedora a firma que apresentar a **maior oferta**, encaminhando o processo à Autoridade competente para adjudicar e homologar o certame, a seu critério, e convocar a adjudicatária para a assinatura do contrato.

6.1.2. A homologação do procedimento e a convocação do adjudicatário para a lavratura do contrato será publicada no meio de publicação do Município, podendo a Administração a seu critério, utilizar-se de outro meio de convocação desde que documentado seu recebimento.

6.6.1.3. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub-item 5.1.b, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.6.1.4. É facultado a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

7.1. O Município mantém compromisso de alienação do imóvel urbano somente com o licitante vencedor.

7.1.1. Havendo desistência ou indeferimento do primeiro classificado, o Município se reservará o direito de chamar o segundo, e, se for o caso, o terceiro classificado.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



7.2. O resultado da Concorrência, será divulgado do Diário Oficial do Estado, e, também, através de afixação no mural do prédio do Gabinete de Compras e Licitações Públicas, sito a Rua Marechal Floriano, 458 - Centro.

7.2.1. O licitante vencedor deverá comparecer na Gerência de Compras, independentemente de convocação, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a partir da divulgação do resultado oficial, sob pena de ser considerado desistente. Havendo desistência do licitante vencedor, o Município convocará os demais classificados, obedecida a ordem de classificação, para comparecerem no mesmo prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação.

7.3. A entrega do imóvel por parte da Secretaria Especial do Cassino - SEC, será realizada após 180(cento e oitenta)dias da assinatura do Contrato, podendo ocorrer antes, conforme andamento das obras de construção do novo prédio da SEC.

7.4. Serão de responsabilidade do licitante vencedor:

7.4.1. todas as despesas necessárias à lavratura da Escritura/Assinatura do Contrato de Vendas;

7.4.2. o recolhimento do laudêmio incidente sobre a venda, quando houver;

7.4.3. toda a iniciativa necessária à lavratura da escritura e sua assinatura, inclusive a obtenção de guias, declarações e documentos exigíveis. Como o consequente pagamento, às suas expensas de taxas, impostos, emolumentos, registros, etc.

8. DOS RECURSOS

8.1. Dos atos praticados pela Administração no curso do procedimento licitatório cabera recurso nos termos do que dispõe o art.109 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. As dúvidas quanto a interpretação de qualquer parte deste Edital, assim como esclarecimentos sobre quaisquer incorreções ou discrepâncias, encontradas no mesmo, bem como, solicitação de informações adicionais, deverão ser protocoladas junto ao Protocolo Geral do Município, até 05 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores a data de abertura do envelope nº 01.

9.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, situada na Rua Marechal Floriano, 458 - Centro ou pelos (Fones (053) 3233.8417 ou 3233.6060) e pelo site www.riogrande.rs.gov.br, até o quinto dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



habilitação e propostas.

9.2.1. As informações relativas ao imóvel poderá ser obtida na Secretaria Especial do Cassino - SEC, à rua Professor Fernando Freire nº 412, das 13:00 às 17:30 horas de segunda a sexta-feira.

9.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação, devendo verificar as condições atuais e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

9.4 Fazem parte integrante deste edital de licitação:

Lei 7.068
Lei 7.175
Memorial descritivo
Descrição do imóvel

9.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

9.5. Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 13 de Janeiro de 2012.

Regimar Hernandes da Rosa
Gerente de Compras e Licitações Públicas